

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLANDIA**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JAN/2020 A DEZ/2020**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020		
Vencos.e Vantagens Fixas - Pessoal ativo	404.304,65	413.590,05	442.536,32	429.183,99	412.810,02	433.897,85	455.223,07	435.930,50	445.315,00	432.283,96	439.883,51	775.360,70	5.520.319,62	0,00
Contratação Temporária	0,00	20.958,65	21.265,91	22.724,13	28.461,12	28.066,40	28.398,98	29.176,58	30.197,01	29.004,43	29.184,82	51.277,29	318.715,32	0,00
Terceirização de Mão-de-Obra (art.18, pár.1º da L.R.F.)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração de Agentes Políticos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	97.152,22	124.621,49	119.422,32	122.873,39	118.867,40	128.273,11	131.116,27	127.989,50	128.348,83	127.112,92	154.894,05	245.580,99	1.626.252,49	0,00
Inativos, Pensionistas e Outros Benefícios Previdenciários	9.763,81	8.969,73	10.391,96	10.391,96	10.070,02	9.469,73	9.469,73	9.469,73	9.469,73	9.469,73	10.715,77	16.454,59	124.106,49	0,00
Outros Benefícios Assistênciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas e Obrigações (variáveis)	17.715,76	44.158,38	15.824,45	16.035,14	12.805,17	17.974,93	11.746,52	13.232,97	12.699,10	22.990,24	20.413,53	19.769,92	225.366,11	0,00
Despesas de Exerc.Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sentenças Judiciais	137.601,66	267.515,79	16.672,43	117.701,56	26.682,40	16.696,61	15.365,96	26.714,35	38.757,16	70.689,75	37.085,14	15.363,49	786.846,30	0,00
Indenizações e Restituições Trabalhistas	8.236,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.236,41	0,00
<b>SUBTOTAL ( I )</b>	<b>674.774,51</b>	<b>879.814,09</b>	<b>626.113,39</b>	<b>718.910,17</b>	<b>609.696,13</b>	<b>634.378,63</b>	<b>651.320,53</b>	<b>642.513,63</b>	<b>664.786,83</b>	<b>691.551,03</b>	<b>692.176,82</b>	<b>1.123.806,98</b>	<b>8.609.842,74</b>	<b>0,00</b>
Incentivo à demissão voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes Decisão Judicial e Exercício Anteriores	137.601,66	267.515,79	16.672,43	117.701,56	26.682,40	16.696,61	15.365,96	26.714,35	38.757,16	70.689,75	37.085,14	15.363,49	786.846,30	0,00
Despesa com Inativos e pensionistas custeadas com recursos vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL ( II )</b>	<b>137.601,66</b>	<b>267.515,79</b>	<b>16.672,43</b>	<b>117.701,56</b>	<b>26.682,40</b>	<b>16.696,61</b>	<b>15.365,96</b>	<b>26.714,35</b>	<b>38.757,16</b>	<b>70.689,75</b>	<b>37.085,14</b>	<b>15.363,49</b>	<b>786.846,30</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL LÍQUIDO (III) = ( I - II )</b>	<b>537.172,85</b>	<b>612.298,30</b>	<b>609.440,96</b>	<b>601.208,61</b>	<b>583.013,73</b>	<b>617.682,02</b>	<b>635.954,57</b>	<b>615.799,28</b>	<b>626.029,67</b>	<b>620.861,28</b>	<b>655.091,68</b>	<b>1.108.443,49</b>	<b>7.822.996,44</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>												<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE RCL</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)												15.986.092,65		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)												7.822.996,44	48,94	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)												8.632.490,03	54,00	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)												8.200.865,53	51,30	
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)												7.769.241,03	48,60	

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Constituição Federal